



Editor: Joseph Hanlon | **Director:** Edson Cortez | **Chefe de redação:** Borges Nhimire
Repórteres: Aldemiro Bande, Magda Mendonça, Sheila Nhancale, Graciano Claudio, João Machassel

Número 52 - 16 de Setembro de 2019

Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.

eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

Para subscrever a edição em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a versão em inglês tinyurl.com/sub-moz

O material pode ser reproduzido livremente, mencionando a fonte.

Direcção do ICS impõe censura a jornalistas de rádios comunitárias em período eleitoral

O instituto de Comunicação Social (ICS), entidade do Governo que controla cerca de 60 rádios comunitárias em todo o país, emitiu uma circular datada de 11 de Setembro de 2019, a impedir os jornalistas das rádios comunitárias de exercer actividades jornalísticas remuneradas e de observação eleitoral, alegando que isso viola um conjunto de Leis.

A circular assinada pela respectiva directora-geral do ICS, Farida Abdula, alega que a Política Editorial do ICS, a Lei de Imprensa, a Lei de Probidade Pública, o Código de Conduta dos Funcionário e Agentes do Estado e o Estatuto geral dos Funcionários e Agentes do Estado, impedem os funcionários e agentes do ICS de estabelecer vínculos ou prestar serviços de correspondentes de órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, de Organizações Não Governamentais, bem como exercer actividades de observação de processos eleitorais.

A directora do ICS parece que comete grande erro de tratar jornalistas como funcionários públicos de carreira geral. Isto nota-se, em parte, porque a circular do ICS limita-se a enumerar diplomas legais mas não indica artigos em concreto que impedem aos jornalistas de exercer as actividades enumeradas.

A Constituição da República de Moçambique estabelece que "o Estado garante a isenção dos meios de comunicação social do sector público, bem como a independência de jornalistas perante o Governo, a administração e os demais poderes políticos". A medida imposta pela circular do ICS,

limita um direito constitucional que assiste a todos os jornalistas, incluindo os do sector público, uma evidente afronta à independência dos jornalistas.

Em Moçambique, onde grande parte da população não tem acesso aos meios de comunicação social convencionais, as rádios comunitárias jogam um papel importante de levar a informação às comunidades. Existe em Moçambique cerca de 140 rádios comunitárias, sendo 60 controladas pelo ICS, 50 filiadas ao Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM) e as restantes sob tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Durante o período eleitoral, o Governo procura exercer pressão sobre a imprensa pública no seu todo e sendo as rádios comunitárias sob tutela do ICS as mais precárias devido a sua localização em distritos longe dos centros urbanos e a relativa inexistência dos seus jornalistas.

Uma [investigação recente](#) do Boletim concluiu que o Governo está a executar um plano de aumentar o controlo político sobre as rádios comunitárias independentes e esta circular do ICS, em período eleitoral, enquadra-se nesta estratégia. ([Encontre a circular aqui](#)).

Jornalistas de rádios comunitárias queixam-se de proibição de livre cobertura de campanha

Os partidos políticos estão a impedir livre cobertura da campanha eleitoral por jornalistas de rádios comunitárias. Três casos foram registados na cidade de Maputo e na província da Zambézia em que simpatizantes da Frelimo e da Renamo interferem de forma gravosa no trabalho dos jornalistas, impedindo-os do livre exercício da profissão.

“Captei algumas imagens com o meu celular e acho que isso terá incomodado as pessoas da Frelimo que arrancaram o meu telemóvel para apagar as imagens”, contou um jornalista da Rádio Comunitária Voz Coop. O caso deu-se na manhã de hoje, na cidade de Maputo.

Os simpatizantes da Frelimo retiveram o jornalista e indivíduos que se encontravam no local tiveram que intervir para que o jornalista, devidamente credenciado, fosse solto, apurou o Boletim.

No distrito de **Milange**, Zambézia, membros da Frelimo Renamo estão a impedir os jornalistas da Rádio Comunitária Thumbine de fazer a livre cobertura da campanha eleitoral, denunciou o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM) em comunicado enviado ao Boletim hoje.

“O Secretário da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) - braço da Frelimo em Milange, Xadrique Matias, contactou, no dia 16 de Setembro, o jornalista Zezito Chingamuca acusando a rádio de estar a favorecer os partidos

da oposição em detrimento do seu. Como medida, impediu que o jornalista, na manhã de hoje (16.09.2019), cobrisse a campanha eleitoral da Frelimo no Posto Administrativo de Majaua”, denunciou o FORCOM.

“Outro caso envolve a Renamo. O Delegado deste partido, Joaquim Dinala, acusou o jornalista Beto Carlos, no dia 12 de Setembro, de fazer cortes nos seus discursos durante as emissões, beneficiando o partido Frelimo. Por outro lado, o MDM, no dia 13 de Setembro, através do seu delegado, Lino Caetano, alegou que a rádio estava a destacar mais as campanhas da Frelimo e da Renamo. O facto é que a rádio Thumbine editou apenas os discursos que incitavam a violência e ódio, em consonância com a Lei eleitoral, os estatutos e as regras de conduta das Rádios Comunitárias do FORCOM nos pleitos eleitorais”, referiu o FORCOM que condena a limitação do exercício de actividades de jornalistas das rádios comunitárias.

24 óbitos, 145 feridos e 37 detidos em duas semanas da campanha eleitoral

A tragédia de Nampula que resultou em 10 mortos e 98 feridos marcou a segunda semana de uma campanha eleitoral prenhe de casos de violência, detenções e mortes. O Boletim que conta com uma rede de pelo menos 3 jornalistas correspondentes em cada distrito, tem estado a contabilizar as principais ocorrências desde o início da campanha e até domingo, dia 15 de Setembro, havíamos registado 14 óbitos (incluindo os 10 de Nampula), 145 feridos e 37 pessoas detidas em conexão com a campanha eleitoral.

Nampula é a província com mais óbitos em conexão com a campanha, totalizado 12. Os outros dois óbitos foram registados no distrito de Memba, onde dois agentes da Polícia morreram e outros três contraíram ferimentos vítimas de acidente de viação ocorrido no dia 12 de Setembro, numa viatura da Polícia que capotou

enquanto seguia para Nacala Porto para reforçar a segurança da campanha de Filipe Nyusi.

Fora as 12 mortes ocorridas em Nampula, não houve mais óbitos registados na segunda semana da campanha eleitoral.

Ainda em Nampula, quatro pessoas ficaram feridas vítimas de acidente de viação ocorrido na povoação de Luluti, Distrito de Mugovolas, quando

um carro transportando membros da Frelimo capotou, no dia 10 de Setembro, seguia para Mputu.

Na província de Gaza, 7 pessoas contraíram ferimentos resultantes de pancadarias entre simpatizantes da Frelimo e homólogos da ND após o cruzamento das caravanas dos dois partidos em Chókwè. Outros dois casos de ferimentos por agressão entre simpatizantes de partidos políticos foram reportados na província de Tete, nos distritos de Chifunde e Moatize.

Cinco casos de detenções foram registados na segunda semana. Três cidadãos foram detidos no

dia 7 de Setembro por vandalizarem material de propaganda na província de Inhambane. Duas outras detenções ocorreram em Gaza por suposto envolvimento em agressão e em um caso em Nampula por vandalização do material de propaganda.

No que se refere às mortes, Nampula é a província com mais casos registados desde o início da campanha eleitoral, totalizando 12. Manica segue com 6 casos, Sofala com 3, Zambézia com 2 e, por último, Cabo Delgado com 1.

Tabela: Ocorrências da primeira e segunda semanas de campanha

TIPO DE OCORRÊNCIA	1ª SEMANA	2ª SEMANA	TOTAL
Detenções	33	5	38
Ferimentos	29	116	145
Mortes	12	12	24

Fonte: Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique

Cabeça de lista da Renamo na Zambézia acusa membros da Frelimo de incendiar casa da sua mãe

Cinco desconhecidos incendiaram a residência da mãe do cabeça-de-lista da Renamo na Zambézia, Manuel de Araújo e este [acusa](#) membros da Frelimo de terem sido os autores. "Até prova em contrário, pelo modus operandi, acusamos pública e directamente ao partido Frelimo e ao seu candidato Filipe Jacinto Nyussi, por até hoje não se ter distanciado, condenando de forma pública e inequívoca os actos violentos perpetrados por membros do seu partido não só na Zambézia (Pinda, Morrumbala, Inhassunge, Derre), como noutros pontos do país", escreveu Manuel de Araújo em nota de imprensa publicado na sua página de facebook hoje.

O caso deu-se na madrugada desta segunda-feira na cidade de Quelimane, bairro Coalane II. Segundo apurou o Boletim, os malfeitores, mascarados e munidos de armas de fogo, introduziram-se na residência, acorrentaram o guarda e, com recurso à gasolina, atearam fogo na mesma. A mãe de Manuel de Araújo e o guarda sobreviveram graças ao socorro prestado por vizinhos que se fizeram ao local na hora do sucedido. Moradores do bairro que

testemunharam o acto alegam que os malfeitores tinham a intenção de tirar a vida da vítima.

O caso ocorre num momento em que o candidato da Renamo às presidenciais, Ossufo Momade, faz campanha na província da Zambézia.

Falando na manhã de hoje a mais de uma dezena de pessoas na residência da sua mãe, ora incendiada, o cabeça-de-lista da Renamo na Zambézia, Manuel de Araújo, disse haver razões políticas por detrás do ocorrido.



Araújo acusou o candidato da Frelimo, Filipe Nyusi e o Ministro do Interior, Basílio Monteiro de suposta perseguição política durante a campanha eleitoral.

“Quando se sabe que vou trabalhar em determinado distrito, o ministro do interior segue para o mesmo local antes”, disse Araújo.

Ao que se sabe Basílio Monteiro faz parte da Brigada Central da Frelimo na província da Zambézia.

Polícia diz que ataque de Malema foi mero assalto à mão armada

A Polícia da República de Moçambique (PRM) em Malema, Nampula, confirmou ter havido ataque armado a viaturas na passada sexta-feira mas diz que se tratou de simples assalto à mão armada, afastando assim a associação do caso com homens da Renamo ou com insurgentes.

Dissidentes da Renamo têm atacado viaturas na província de Sofala e insurgentes têm atacado aldeias e viaturas em Cabo Delgado. O ataque de Malema foi imediatamente associado pela opinião pública e pela imprensa como parte de um dos ataques sistemáticos referidos.

Durante o briefing à imprensa esta segunda-feira (16), a o comandante distrital da PRM em Malema, Hélio Manhique, disse que o que aconteceu na passada sexta-feira (13), foi um assalto à mão armada perpetrado por três indivíduos desconhecidos, tendo como alvo um

autocarro de transporte público que saia de Malema a cidade de Nampula, com cerca de cinquenta (50) passageiros.

Segundo Hélio Manhique, neste assalto, um cidadão foi baleado mortalmente. Sem adiantar números específicos disse ainda que os feridos ligeiros foram levados ao centro de saúde de Malema sede, os graves foram transferidos para o Hospital Provincial de Nampula.

Os assaltantes roubaram telemóveis e algumas carteiras de passageiros que continham valores monetários, avaliados em cerca de 80 000 meticais, disse Manhique.

“Uma equipa especializada está a trabalhar nesta matéria com vista ao seu esclarecimento. As medidas de segurança também foram reforçadas”, deu a conhecer o comandante distrital da PRM.

Candidato presidencial do AMUSI diz que interrompeu campanha por falta de escolta policial

Mário Albino, candidato às Eleições Presidenciais pela Acção de Movimento Unido para Salvação Integral (AMUSI) diz ter interrompido uma viagem iniciada na última sexta-feira com direção as províncias de Niassa, Zambézia, Tete e Manica, devido à falta de escolta policial.

Segundo conta ao Boletim, a polícia que o protegeu foi solicitada de emergência para socorrer as vítimas do ataque armado, ocorrido no distrito de Malema e a sua delegação ficou sem protecção.

“Estávamos a seguir viagem e momentaneamente a polícia que nos protegia sumiu e quando investigamos sabemos que teria sido solicitada para socorrer nossos irmãos. Não podíamos fazer outra coisa senão regressar”, disse Mário Albino.

Esta seria a primeira viagem do candidato do AMUSI para uma província fora de Nampula, desde o início da campanha eleitoral, a 31 de Agosto findo.

Documentos sobre Eleições:

Documentos importantes sobre as eleições são publicados no website deste Boletim:

<https://cipeleicoes.org/documentos/>

Os documentos incluem: manual de observação, guias práticos para membros de mesas de voto, polícias e outros, dados do recenseamento eleitoral, listas dos partidos concorrentes em várias províncias e manifestos eleitorais dos partidos.



Publicado por CIP, Centro de Integridade Pública, Rua Fernão Melo e Castro, nº 124, Maputo, Moçambique.
eleicoes@cipeleicoes.org <https://cipeleicoes.org/>

COBERTURA DETALHADA DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2019 a ser mais uma vez feita pelo *Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, que tem vindo a cobrir todas as eleições multipartidárias em Moçambique desde 1994. Mais uma vez, teremos uma equipa de repórteres posicionados em todo o país, reportando os factos com acurácia a veracidade. O Boletim tem periodicidade mensal durante a preparação das eleições e será mais frequente e de base diária durante as eleições.

Para subscrever o boletim eleitoral em português <http://eepurl.com/gnZXPz> e a edição em Inglês tinyurl.com/sub-moz.

As primeiras edições estão disponíveis em <https://cipeleicoes.org>

Boletins sobre as eleições autárquicas do ano passado estão em <http://bit.ly/EIAutar2018>

As edições do Boletim sobre eleições municipais de 2013 e eleições gerais de 2014 estão disponíveis em <http://bit.ly/2H066Kg>.

Existem dois arquivos detalhados de resultados eleitorais, um do London School of Economics em <http://bit.ly/MozEIData> e outro do IESE em <http://www.iese.ac.mz/eleicoes-results>

Eleições Gerais 2019 é parte do Programa Votar Moçambique

Programa financiado por:

  Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Embaixada da Suíça em Moçambique

Programa cofinanciado por:

 UNIÃO EUROPEIA  COOPERAÇÃO AUSTRIACA PARA O DESENVOLVIMENTO